

Nesta quinta-feira, 26/11, foi publicada no jornal Valor Econômico a matéria [“Previ busca engajar investidores de países emergentes”](#), em que Rafael Castro, gerente executivo de Conformidade e Controles Internos e candidato a uma vaga no conselho diretor do PRI, explicou a estratégia da Entidade para reforçar junto às empresas participadas questões relacionadas a ASGI (sigla para ambiental, social, governança e integridade).

A redução dos investimentos da Entidade em renda variável e consequente saída paulatina de blocos de controle reforça a necessidade de se juntar a outros investidores institucionais de mercados emergentes para engajar as empresas na sustentabilidade dos negócios. Esse é justamente o objetivo da candidatura de Rafael ao conselho diretor do PRI (Princípios para o Investimento Responsável), que pretende aproveitar a experiência da Previ como uma das fundadoras da iniciativa e a relevância do tema dentro da Entidade.

“Mesmo que a Previ reduza participações em bloco de controle, pela expressão que tem como investidor institucional, terá um bom acesso para fazer engajamento com empresas. A ideia [de ter um assento no conselho do PRI] é que complemente o esforço de engajamento com mais investidores e fortaleça essa rede”, explica Rafael.

Previ busca engajar investidores de países emergentes

Juliana Schincariol
Do Rio

Com a tendência de reduzir as participações em blocos de controle das companhias abertas, a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) irá cada vez mais buscar outros investidores para participar do que chama de “engajamento coletivo”. Ou seja, unir-se a outros acionistas para endereçar questões, incluindo as relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade e governança (ESG). O movimento ganha força se a entidade conseguir um assento no conselho dos Princípios para Investimentos Responsáveis (PRI na sigla em inglês), segundo o representante do fundo de pensão neste processo, Rafael Castro. A ini-

ciativa internacional estimula a inserção de critérios ESG nos processos de investimento.

“Mesmo que a Previ reduza participações em bloco de controle, pela expressão que tem como investidor institucional, terá um bom acesso para fazer engajamento com empresas. A ideia [de ter um assento no conselho do PRI] é que complemente o esforço de engajamento com mais investidores e fortaleça essa rede”, disse Castro, que é gerente executivo de controles internos e conformidade da fundação.

A Previ participa do PRI desde sua fundação em 2006 e não tem um assento no conselho desde 2017. O executivo defende que a experiência do fundo de pensão como investidor relevante pode

ajudar a reverter as práticas do PRI entre os países emergentes. “Sabemos que esse tipo de movimento é mais forte lá fora, mas nos mercados emergentes ainda não é uma prática natural. Queremos trazer a experiência local para amplificar o trabalho dos mercados emergentes”, disse.

Desde 2019, o fundo de pensão do Banco do Brasil lidera um grupo de trabalho de políticas de integridade nos negócios, no âmbito do PRI, dedicado a estimular o engajamento das empresas e dos investidores nas boas práticas de integridade. O objetivo é mitigar o risco de comportamentos antiéticos, capazes de gerar prejuízos financeiros, operacionais ou de reputação às empresas e à sociedade.

O grupo já ouviu dez companhias de um total de 19 selecionadas e está no processo de conclusão das entrevistas. Nem todas se envolveram em processos de corrupção ou fazem parte da carteira de investimentos da fundação.

A ideia, segundo Castro, é entender a efetividade do programa de integridade de cada uma. O nome das empresas, de diversos setores, não foi divulgado. Ao final será feito um relatório com as percepções. “O foco que estamos dando é dar um norte para melhorar o programa de integridade das participantes”, disse o gerente da Previ. Depois de concluído, também haverá um monitoramento desses programas de efetividade. Esse trabalho também poderá ser replicado em

outras frentes, acrescentou, mas ainda não há definição.

Além da experiência nesse engajamento com empresas, a adesão de critérios ESG na seleção dos investimentos vem se desenvolvendo. As formas de fazer investimentos responsáveis são variadas no mercado e em geral começaram com um “filtro negativo”, ou seja, não permitindo fazer aportes em determinados setores como de fumo ou armas. Foi assim também no fundo de pensão. Agora a Previ já tem padrões ESG para avaliação de empresas, seleção de imóveis ou de gestores externos. “Com o tempo, o processo foi sendo ampliado e incluímos práticas para diversas classes e incorporando mais temas”, afirmou. A entidade também editou

o seu plano diretor de sustentabilidade, com o debate focado no investimento responsável. O objetivo é manter esse trabalho coeso dentro do fundo de pensão.

Na terça-feira, durante o congresso de governança corporativa realizado pela Previ, o presidente da entidade, José Maurício Coelho, defendeu a adoção de métricas objetivas para analisar os investimentos responsáveis. “Métricas objetivas permitirão aos agentes medirem as performance e tomarem as melhores decisões”, disse. Há um movimento internacional para criar uma convergência, que está mais estruturada na Europa. O desafio é fazer uma convergência global, considerando as características de cada país, afirmou Castro.

Fonte: Previ, em 26.11.2020